



**PROJETO DE LEI Nº PL 259/2022**

**COMISSÃO DE MULHERES  
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

**PARECER EM 1º TURNO**

**Relatório**

O **Projeto de Lei nº PL 259/2022** de autoria da Vereadora Duda Salabert e do Vereador Irlan Melo, “Obriga maternidade, casa de parto e estabelecimentos hospitalares da rede pública e privada a permitir a presença de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, sempre que solicitada pelo paciente. ”.

Nesse sentido, o projeto em tela, ao ser analisado pela **Comissão de Legislação e Justiça**, o parecer exarado se deu pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade com apresentação de emenda, a fim de não ferir os princípios da impessoalidade e da isonomia estampados na Carta Magna de 1988, publicado em **15/03/2022**.

Nos termos do Regimento Interno, fui designada, em **17/03/2022**, como Relatora e tudo examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.

**Fundamentação**

Inicialmente, o art.52, inciso IX e alíneas “a”, “b”, “e” e “g” do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte (com redação dada pela Resolução nº 2.042, de 29/12/2000) prevê as matérias atinentes à promoção e defesa dos direitos das mulheres; políticas, programas e ações que repercutem de forma diferenciada na vida das mulheres e política de combate a violência contra mulheres; política de saúde da mulher; política de combate à violência contra mulheres, à exploração sexual e ao feminicídio.



Assim sendo, o Projeto de Lei nº 259/2022 na sua essência busca combater a violência de forma invasiva contra a mulher, diante de seus direitos básicos que é o de cuidados com a saúde, sobretudo na sala de parto, ali estão desassistidas por profissionais da saúde sem a mínima preparação para interagirem com elas, por meio da comunicação sinalizante, cujo recurso é utilizado por mulheres surdas e mudas.

É imprescindível a presença de um profissional que possa comunicar por meio da Língua de Sinais (Libras), ou seja, um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil – LEI 10.436/2002, a fim de que haja uma real interação entre paciente e profissionais de saúde.

A falta do profissional capacitado da saúde com o uso desse método de LIBRAS mitiga a comunicação do deficiente auditivo a todos serviços de saúde em diferentes níveis de assistência, consequentemente, interfere na qualidade dos serviços prestados.

Nesse sentido, a Academia de Libras em seu Blog, publicou uma matéria acerca do tema, em clara demonstração que a maioria das instituições voltadas para área da saúde não estão alinhados nem habilitados para realizarem atendimentos com esse público, tendo em vista que necessário reconhecer a importância dessa comunicação.

Essa Língua Brasileira de Sinais é o principal recurso de comunicação, pois sem ele os portadores de deficiência se tornam excluídos da maior política de inclusão social do Brasil, o SUS – Sistema único de Saúde.

O especialista em planejamento e saúde e consultor em Saúde Pública – **Eugênio Vilaça Mendes**, em entrevista ao ESTADÃO ratificou ser o SUS detentor da maior política de inclusão, com algumas ressalvas, no sentido que o SUS apresenta três grandes problemas estruturantes. Vejamos:

1 - no plano da organização macroeconômica, ou seja, todas as atividades que analisam o funcionamento da economia em geral de um país, bem como as políticas que são adotadas em



larga escala. Isto é, engloba a sociedade em seu conjunto funcionando ao mesmo tempo, não de forma independente a segmentação que conduz ao dilema entre a universalização e a segmentação (identificar quais clientes e segmentos são mais lucrativos);

2 - no plano da organização microeconômica, que quer dizer o estudo do funcionamento da oferta e da demanda (procura) na formação do preço, a fragmentação do sistema e seu modelo de gestão;

3 - no plano econômico, o seu subfinanciamento. modelo de atenção à saúde,

Para **Vilaça**, solucionar esses imbróglis implica em mudanças simultaneamente, no modelo de atenção à saúde, no modelo de gestão e o modelo de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Noutro giro, as leis são balisadores para que seja reconhecida a importância do profissional da linguagem em Libras na área da saúde e para que ganhe cada vez mais notoriedade, sendo assim, favorecendo e ganhando atenção especial todos os surdos e mudos, sobretudo, em as mulheres, motivo do projeto.

O compromisso perpassa por todas as esferas de governo (municipal, estadual e federal), seguindo a mesma visão as empresas privadas e a sociedade, todos, trabalhando para implementação de ações inclusivas que corroboram para levar aos portadores de deficiência surdos e mudos, oportunidades de acesso à qualidade na saúde que é direito de todo cidadão.

Salienta-se que o Projeto de Lei em tela atende ao interesse público e enfatiza-se que no art. 1º, § 1º, tanto a escolha quanto a contratação do profissional tradutor intérprete de Libras ficará a cargo da parturiente com deficiência auditiva, não acarretando, pois, despesa à Administração Pública nem aos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados.

A Lei nº. 13.146 de 06/07/15 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência tem o condão de assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Vejamos:



**Art. 25.** Os espaços dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência, em conformidade com a legislação em vigor, mediante a remoção de barreiras, por meio de projetos arquitetônico, de ambientação de interior e de comunicação que atendam às especificidades das pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual e mental.

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

(...)

**IV - barreiras:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

(...)

**d) barreiras nas comunicações e na informação:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

A comunicação consiste na forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (art 3, inciso V).

Outrossim, a **Academia de Libras** demonstra dados estatísticos relevantes que não deixam dúvidas acerca da importância da linguagem da Libras na área da saúde, com isso, torna-se emergencial a aprovação do projeto em questão. Vejamos:

– O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em seu último censo, realizado em 2010, apontou que 10 milhões de pessoas no Brasil apresentam algum nível de deficiência auditiva.



**Esse percentual corresponde a 5% da população brasileira, o que é bastante significativo.**

**– Desse total de 10 milhões, 2,7 milhões de pessoas são completamente surdas.**

**– No Brasil, a maior parte das pessoas que apresentam deficiência de audição moram em áreas urbanas.**

**– Entre os surdos brasileiros, em torno de 1 milhão são crianças e jovens com idade máxima de 19 anos.**

**– A tendência é que a quantidade de surdos no Brasil aumente, informações essas que deverão ser refletidas no censo que será realizado pelo IBGE em 2020.**

**Esses dados simples revelam que uma parcela muito expressiva da população no Brasil necessita de um atendimento médico diferenciado, que esteja de acordo com as necessidades específicas de uma pessoa com surdez.**

Isto posto, dada a relevância sobre o tema, algumas datas são importantes para a **Comunidade de Surdos do Brasil**, pois expressam e simbolizam a luta e a aquisição de direitos, são elas:

- **26 de setembro** – Dia Nacional dos Surdos
- **30 de setembro** - Dia Internacional do Surdo
- **10 de setembro** - Dia Mundial da Língua de Sinais

Aqui, algumas instituições que desenvolvem trabalhos relevantes para a comunidade surda:

- ***Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES*** - Existe no Brasil desde 1857, é vinculado ao Ministério da Educação e consiste na maior referência para a comunidade surda no nosso país.

- ***Associação de Pais e Amigos de Surdos – APAS***- APAS, é uma das mais relevantes do nosso país. Ela oferece atendimento gratuito aos surdos em diversas áreas: social, profissional, educacional etc. O foco da APAS é oferecer uma formação de qualidade para que as pessoas portadoras de deficiência auditiva tenham melhores oportunidades no mercado de trabalho. Na APAS, um dos maiores projetos é a manutenção da Escola de Educação Bilíngue Para Surdos.



- **Instituto Seli** - mantem um colégio que atende alunos surdos. É adotada uma metodologia bilíngue, na qual a Língua Brasileira de Sinais é usada como a primeira Língua da pessoa com surdez e oferece cursos de capacitação.

- **Movimento Amigo do Surdo** - Maior abrangência às informações geradas na internet. No site Amigo Surdo há uma relação de diversos sites que disponibilizam conteúdos que incluem a língua de sinais. Os sites vinculados ao portal Amigo do Surdo tratam dos mais variados assuntos, tais como educação, arte, cultura, comunicação, acessibilidade.

Portanto, ratificando o **PL 259/2022** dos ilustres vereadores Duda Salabert e do Vereador Irlan Melo tem o **mister** de corroborar com a sociedade como todo, no sentido de incluir, promover e subsidiar mecanismos para promoção da saúde das mulheres do Município de Belo Horizonte.

Portanto, nos moldes do art. 30, incisos I e II da Carta Magna, o Projeto em tela, se amolda na competência atribuída ao Município. Vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...).

Ademais, o art. 171, I, da Constituição do Estado de Minas Gerais corrobora ao tratar dessa competência. Observa-se:

Art. 171 – Ao Município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local,

(...)

Logo, o Projeto de Lei estará, também, de pleno acordo com a advento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015).

Sendo assim, não vislumbro óbice no delinear do Projeto em tela.

## 2 – CONCLUSÃO:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Ante o exposto, Membros da Comissão de Mulheres, opino pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 259/2022.**

Belo Horizonte, 22 de março de 2022.

  
MARILDA PORTELA

**VEREADORA**

**Cidadania**